

NOTA TÉCNICA DE POSICIONAMENTO

ANÁLISE DOS ÍNDICES DE INFLAÇÃO DE JANEIRO

Por uma questão de compromisso com a população do estado do Rio Grande do Norte, nos sentimos na obrigação de dizer a verdade e mitigar os danos causados pela propagação das informações inverídicas contidas na manifestação pública do Secretário Estadual de Administração, na manhã deste sábado (17), por meio das suas Redes Sociais.

Além dos esclarecimentos técnicos, este é um posicionamento institucional da Fecomércio RN, em defesa dos empresários dos segmentos do comércio de bens, serviços e turismo, principais geradores de emprego, renda e impostos em nosso estado.

É essencial destacar que as informações abaixo são públicas e oficiais. Vale dizer, inclusive, que os dados aqui utilizados são os mesmos citados pelo Secretário, porém analisados com isenção e rigor técnico.

O IBGE, órgão oficial de estatística no Brasil, infelizmente não calcula os índices de inflação para a cidade de Natal, nem para sua região metropolitana. Isso exige cuidado ao se comparar o IPC-Natal, apurado pelo IDEMA-RN, com o IPCA e o INPC, calculados pelo IBGE. Ainda assim, o mais apropriado é comparar o IPC-Natal, que pesquisa a cesta de consumo de famílias entre 1 a 14 salários mínimos, com o INPC, cuja cesta considera famílias entre 1 e 5 salários mínimos. O IPCA, por sua vez, considera o consumo das famílias que recebem até 40 salários mínimos, ficando muito distante da realidade das famílias potiguares.

A comparação entre os resultados do mês de janeiro do INPC-Brasil e do IPC-Natal mostra que a inflação na capital foi menor que a observada no país: 0,46% contra 0,57%. Essa é a realidade em seis dos nove grupos de despesa pesquisados. Em alguns, inclusive, houve deflação no Rio Grande do Norte: os preços dos grupos vestuário, transporte e educação, essenciais à população, caíram em janeiro.

Quando comparamos o IPC-Natal (+0,46%) de janeiro com o INPC-Fortaleza (+0,63%), capital vizinha, fica ainda mais evidente o menor avanço da inflação na Capital Potiguar. Em oito dos nove grupos pesquisados a inflação em Natal foi menor que em Fortaleza, com exceção de Habitação, cuja diferença foi irrisória (0,01 ponto percentual).

Vale ressaltar que o grupo de alimentos e bebidas, principal grupo de consumo nos dois indicadores, possui pesos bastante diferentes: 24,09% no INPC-Brasil, 27,37% no INPC-Fortaleza e 32,43% no IPC-Natal. Significa que se o peso desse grupo em Natal fosse igual ao do INPC Brasil ou Fortaleza, a inflação em Natal seria ainda mais baixa.

Em uma análise mais ampla da região, é possível verificar que a nossa inflação está abaixo do patamar dos demais estados do Nordeste, segundo o INPC calculado pelo IBGE: São Luís (+1,03%), Aracaju (+0,84%), Recife (+0,65%), Fortaleza (+0,63%) e Salvador (+0,17%). À exceção de Salvador, Natal apresentou inflação menor que demais capitais do Nordeste.

As tabelas abaixo mostram os resultados de janeiro e as diferenças entre o IPC-Natal e o INPC-Brasil, para todos os grupos pesquisados pelo IDEMA-RN e pelo IBGE.

Inflação - Janeiro/2024

Setor	IPC-Natal	INPC-BR	Diferença	Pesos	
				IPC-Natal	INPC-BR
Geral	0,46	0,57	-0,11	100,00	100,00
Alimentos e bebidas	1,39	1,51	-0,12	32,43	24,09
Habitacao	0,28	0,16	0,12	13,65	17,37
Artigos residência	0,30	0,24	0,06	6,61	4,60
Vestuário	-0,56	0,12	-0,68	8,94	5,63
Transportes	-0,60	-0,10	-0,50	12,76	19,59
Saúde e cuidados pessoais	0,33	0,81	-0,48	10,67	11,62
Despesas pessoais	0,73	0,99	-0,26	5,55	7,75
Educação	-0,42	0,44	-0,86	3,61	4,30
Comunicação	0,31	-0,10	0,41	5,79	5,04

Inflação - Janeiro/2024

Setor	IPC-Natal	INPC-Fortaleza	Diferença	Pesos	
				IPC-Natal	INPC-Fortaleza
Geral	0,46	0,63	-0,17	100,00	100,00
Alimentos e bebidas	1,39	1,52	-0,13	32,43	27,37
Habitacao	0,28	0,27	0,01	13,65	17,11
Artigos residência	0,30	0,84	-0,54	6,61	4,18
Vestuário	-0,56	-0,51	-0,05	8,94	5,42
Transportes	-0,60	-0,51	-0,09	12,76	18,35
Saúde e cuidados pessoais	0,33	1,27	-0,94	10,67	11,93
Despesas pessoais	0,73	0,98	-0,25	5,55	5,37
Educação	-0,42	0,54	-0,96	3,61	6,39
Comunicação	0,31	0,33	-0,02	5,79	3,89

Fontes: IBGE e IDEMA-RN

Os números aqui expostos são um primeiro sinal inequívoco do retorno positivo para a sociedade da redução da alíquota modal de ICMS no estado do Rio Grande do Norte, de 20% para 18%. A verdade é que a inflação em janeiro na capital potiguar foi bem mais baixa do que na capital vizinha e no Brasil como um todo.

Vale ressaltar, ainda, que muitos produtos vendidos no último mês de janeiro ainda eram originários de estoques adquiridos quando a alíquota modal ainda estava majorada. O mesmo raciocínio vale para contratos de prestação de serviços assinados com alíquota maior e em execução no momento. Com o passar do tempo e a renovação desses estoques e contratos, que desde janeiro devem ser calculados com base em uma alíquota menor de ICMS, os consumidores do estado do Rio Grande Norte, e não apenas da capital, devem ser ainda mais beneficiados com os efeitos positivos dessa redução da carga tributária, impulsionando ainda mais o comércio estadual e consequentemente a própria arrecadação de ICMS.

A Fecomércio trabalha com um único propósito: o desenvolvimento econômico e social do estado do Rio Grande do Norte, através do crescimento dos setores do comércio de bens, serviços e turismo. Foi por isso que nos posicionamos para que não houvesse aumento da alíquota de ICMS, pois acreditamos que era o melhor caminho.

Entendemos que a classe produtiva não deve ser exposta como vilã ou opositora ao desenvolvimento do Estado. Não aceitamos qualquer acusação neste sentido. Entendemos que somente em um contexto de união de forças e diálogo poderemos transformar a situação atual. A instituição se mantém aberta e disponível ao bom debate em prol do nosso RN, sempre pautada em análises técnicas e no compromisso com a verdade.